

EDITORIAL

O presente número da *Revista Arquipélago / Série Filosofia* é especialmente dedicado à Ética, uma das disciplinas filosóficas que mais se tem desenvolvido e diversificado nas últimas décadas. Simultaneamente, a Ética constitui hoje também a via por excelência de intervenção da Filosofia nos problemas do mundo contemporâneo, revitalizando-a, no que se refere às suas temáticas e metodologias tradicionais, e revalorizando-a, através do reconhecimento público alargado do carácter imprescindível da sua reflexão nos debates actuais.

A afirmação de que se vive hoje a “era da ética” tornou-se quase comum, evocando uma inquietude generalizada acerca das modalidades da acção humana e das formas de relacionamento que os homens estabelecem entre si, com os demais seres vivos e respectivos habitats, numa designação que não só reflecte o alargamento da reflexão ética mas também extravaza frequentemente o domínio específico da filosofia. Esta inquietude tem-se vindo a exprimir por duas vias diametralmente opostas: por um lado, assiste-se a um crescente descrédito em relação a toda a normativa, cada vez mais denunciada como relativista, num processo cuja radicalização conduz inevitavelmente ao nihilismo; por outro, observa-se uma intensificação contínua de uma tendência regulamentadora que se traduz no domínio de um espírito moralizador em todos os níveis da acção humana.

Esta é uma situação característica da época pós-moderna que vivemos. Procurando escapar ao nihilismo, comprometedor da realização do homem singular como da promoção de relações não violentas entre os homens, a afirmação da impossibilidade de fundamentação objectiva de um princípio dito universal (sob um modelo clássico de fundamentação) deu lugar à eclosão de muitas e diversas orientações na reflexão ética. Estas tanto procuram novas vias de fundamentação filosófica (como seja a dialógica), como abandonam todo o ensejo fundacionalista e mesmo um plano teorético e se desenvolvem num domínio exclusivamente normativo (como se verifica principalmente num contexto anglo-saxónico, sob a influência da filosofia analítica). Simultaneamente, o apelo à ética no sentido desta intervir nas

questões humanas actuais vem-se tornando cada vez mais premente o que contribui também para o crescente pluralismo que caracteriza a ética contemporânea, qual espelho estilhaçado cujas linhas de factura se estendem em todas as direcções. É neste contexto que surgem múltiplas novas expressões de pensamento ético.

Não nos referimos já então, apenas, às releituras e reinterpretções de Aristóteles e de Kant, como os dois filósofos mais marcantes da história do pensamento moral, cuja inspiração se vai perpetuando e renovando, respectivamente, nas orientações historicista e universalista da moralidade. Não nos referimos tão pouco à inovação quase revolucionária no âmbito da filosofia moral contemporânea trazida por uma filosofia analítica e a sua preocupação pela clareza e rigor na formulação das questões, por uma fenomenologia e o seu esforço por alcançar as realidades tais como estas são (na rejeição de todo e qualquer construtivismo), ou por uma hermenêutica e o seu centramento na questão da compreensão, neste caso dos fundamentos da ética e suas condições de possibilidade. Reportamo-nos, sobretudo, às novas expressões que a reflexão vem a assumir mais recentemente e as novas temáticas que sistematiza. Evocamos, então, uma “ética das convicções”, na reflexão sobre a sua validade como normas comuns a instituir sob um critério pragmático e na consideração do seu desempenho no agir e como compromisso ético. Esta tanto assume uma concepção universalista como é a de Paul Ricoeur em *Soi-même comme un autre* (1990), como numa orientação subjectivista como a de Bernard Sève em *Moral Luck* (1981). Ou uma “ética comunicacional ou da discussão”, na fundamentação racional que procura para a ética, dialógica, através de regras procedurais de discussão. Esta tanto se apresenta numa formulação relativista como é a de Jürgen em *Theorie des Kommunikativen Handelns* (1981), como na sua expressão universalista como é apresentada por Karl-Otto Apel em *Normative Begründung des “Kritischer Theorie” durch Rekurs auf Lebensweltliche Sittlichkeit? Ein transzendental pragmatisch orientierter Versuch, mit Habermas gegen Habermas zu denken* (1989). Por diferentes vias, progride-se cada vez mais num plano consensualista (ética dos consensos) que, sem ser totalmente inédito na história da filosofia, também não coincide com a orientação “contratualista” mais comum a partir da modernidade. Esta, aliás, não só prevalece mas vai adquirindo também novos perfis como, por exemplo, com David Gauthier em *Morals by Agreement* (1986).

Evocamos igualmente, a par da reproblemática de temas

morais ancestrais da filosofia, novos problemas a serem tematizados como sejam, respectivamente, a “justiça” em *A Theory of Justice* (1971), de John Rawls ou a “virtude” por Alasdair MacIntyre em *After Virtue* (1981), e o tema da “responsabilidade” por Emmanuel Lévinas no desenvolvimento de uma “ética sem ontologia”, em *Autrement qu’être ou au-delà de l’essence* (1974), e também por Hans Jonas, no âmbito de uma “ética para a civilização tecnológica”, em *Das Prinzip Verantwortung* (1979). Não podemos também omitir outras iniciativas importantes para a reflexão ética contemporânea como sejam a recuperação do valor das emoções com Bernard Williams, ou Charles Taylor e a sua reflexão sobre a “identidade moderna”, Thomas Nagel e a justificação da possibilidade de “altruísmo” a partir da continuidade do eu, Derek Parfit e a reabilitação da “impersonalidade” em moral. Devemos ainda indicar alguns debates fundamentais no âmbito da filosofia moral que se mantêm em aberto como sejam o do já referido historicismo *versus* universalismo e, muito particularmente pelas novas perspectivas que tem trazido no domínio social, o do liberalismo *versus* comunitarismo (Michael Sandel e Michael Walzer e também MacIntyre e Taylor como principais protagonistas deste último). E estes são apenas alguns dos filósofos e obras que vêm moldando o pensamento moral contemporâneo.

Simultaneamente, a partir da década de sessenta, assistimos também ao surgimento e proliferação das ditas “éticas aplicadas” e das “éticas profissionais”, como sejam a bioética e a ética ambiental, ou a ética dos negócios e a ética dos engenheiros, respectivamente. Estas novas “éticas” não correspondem simplesmente às tradicionais “éticas específicas” na sua relação comum à “ética geral”, isto é, como sua vertente prática. Elas não procedem por uma aplicação directa de princípios supostamente universais, nem se mantêm dependentes de uma qualquer teoria unitária da acção. Pelo contrário, têm-se vindo desenvolver pela formulação de normativas específicas, dedicando uma atenção especial às consequências da intervenção preconizada e evoluindo no sentido de uma progressiva atomização o que recoloca, com uma premência acrescida, a questão inicial do seu relacionamento com a filosofia moral ou com a ética como disciplina filosófica.

Esta expansão e diversificação do domínio da ética tem correspondido também à sua crescente vulgarização, no sentido de ter passado a constituir preocupação comum para os que não trabalham na área da filosofia. Este facto não encerra em si mesmo qualquer

valor específico. Por um lado, pode constituir uma óptima oportunidade para a revitalização dos estudos filosóficos na sociedade contemporânea, o que não tem sido negligenciado por alguns filósofos. Num mundo fortemente moldado pelo progresso tecnológico e cujo desenvolvimento é suportado por uma economia global, são os valores utilitaristas que mais frequentemente se impõem, criando-se uma atmosfera de valorização apenas do que evidencia uma utilidade objectiva (material). Neste ambiente pouco favorável aos estudos filosóficos, importa que os filósofos estejam atentos a todas as vias conducentes ao reconhecimento alargado da necessidade da reflexão filosófica. Os estudos na área da ética constituem hoje uma via excelente de prossecução deste objectivo. Por outro lado, porém, esta vulgarização ou popularização da ética constitui igualmente (mas talvez como ameaça mais iminente) uma via de dissolução da reflexão filosófica, pelas formas de apropriação a que tem estado sujeita o que, radicalizando, tem conduzido, sobretudo no âmbito das éticas aplicadas e profissionais, a pretensas reflexões éticas desenraizadas de qualquer substrato filosófico.

A Ética é hoje chamada a intervir em quase todos os domínios sócio-profissionais numa actividade crescente que precisa de ser repensada na sua natureza e fundamentos, nos seus objectivos e metodologias. Foi este o objectivo do colóquio que o Centro de Estudos Filosóficos da Universidade dos Açores organizou em 1999 e que então subordinou ao mote “Tendências gerais da ética na segunda metade do século”. Esta expressão traduzia bem o projecto ambicioso a que nos propúnhamos. Além disso, ao retomar o título atribuído por Antero de Quental, patrono das artes açorianas, ao seu texto de 1890, sugeria a filiação no espaço geográfico em que teve lugar.

Procurou-se então reunir os Professores regentes da disciplina de Ética nas diversas Universidades portuguesas para que, centrando-se cada um sobre uma diferente tendência característica da última metade do século, se construísse o mosaico por que se deixa traduzir o pensamento ético contemporâneo. Não pretendemos certamente tê-lo traçado na completude da diversidade das suas formas e das suas cores, na pluralidade dos matizes e reflexos das suas combinações e articulações em movimento. Teremos, quanto muito, logrado esboçar algumas linhas, desenhado alguns contextos, esbatido algumas sombras e colorido alguns espaços.

A reflexão conjunta que agora se apresenta inicia-se com o trabalho de Costa Freitas, da Universidade Católica de Lisboa, que se

detêm muito principalmente sobre a vida da consciência moral e a sua perene interrogação “que devo fazer?” A experiência moral exprime primeiramente um sentimento de obrigação, na vinculação interior que o sujeito moral sente em relação a um imperativo. Mas é a vontade livre do homem que obedece à lei (autónoma ou/e heterónoma), pelo que a experiência moral manifesta igualmente a liberdade. O autor prossegue afirmando que “a obrigação moral é a necessidade própria da liberdade”, na medida em que aquela apenas ganha sentido no seio da própria liberdade. Daí que “o dever pressuponha a liberdade”. É a nossa acção livre, uma iniciativa subjectiva, que encarna o valor moral na objectividade da realização da pessoa humana como seu fim essencial e a ideia de bem como fundamento ontológico de toda a obrigação — conclusão que vem a justificar o título atribuído a esta reflexão: “Para uma fundamentação ontológica da ética”.

Introduzida pelo título “O princípio da liberdade individual e as suas determinações éticas e estéticas”, a reflexão de Abranches Soveral, da Faculdade de Letras do Porto, privilegia o tema da liberdade enquanto valor prevalente na época em que vivemos. Não se trata, pois, originariamente, da designação do valor supremo (no plano da ética) mas tão somente de um princípio axiológico estabelecido no plano de uma normatividade comum (no plano da moral). Não obstante esta distinção real, hoje tende-se a considerar a liberdade como “universal e definitiva” — denuncia o autor — conferindo-lhe, assim, um estatuto que originariamente não possuía. Abranches Soveral prossegue destacando algumas das dificuldades daqui decorrentes como sejam a da incongruência da escolha da liberdade individual como valor supremo por um ser que não é onipotente, ou a da subvalorização de valores humanos fundamentais não contemplados na liberdade contratual que vigora nas sociedades democráticas.

A reflexão de António Manuel Martins, da Faculdade de Letras de Coimbra, parte da percepção de problemas éticos que o mundo contemporâneo coloca e especificamente das várias situações de violência armada que se vivem, em que os direitos humanos básicos são desrespeitados e a dignidade humana violada. O desfazamento entre a teoria e a prática dos direitos humanos é evidente e reclama com urgência uma reflexão filosófica que se lhe dedique, incidindo particularmente sobre a justificação ética dos direitos humanos e sobre a universalidade que o autor lhes reconhece. É neste contexto que António Martins vem a desenvolver o pensamento de John Rawls, em *A Lei dos Povos*, como perspectiva pertinente na justifica-

ção da universalidade dos direitos do homem, construída a partir do célebre conceito rawlsiano de justiça. No seio do pluralismo característico do mundo contemporâneo importa que toda a sociedade, bem ordenada, garanta um conjunto básico mínimo de direitos humanos indispensável para a dignidade humana (ética minimalista) e que todos possam aceitar (ética consensualista).

A questão da universalidade dos valores é problematizada no seu contexto mais amplo e actual por Acílio Estanqueiro Rocha, da Universidade do Minho, em "Relativismo Cultural *versus* Universalismo Ético". O autor perspectiva-a como sendo de ordem "intercultural", na consideração que exige dos valores próprios de um tempo e de um espaço particulares a par dos valores comuns à humanidade (numa ética dos mínimos), em contraposição a uma interpretação "multicultural", na consideração da diversidade cultural, sem um valor especificamente ético. O tema geral, aliás, é ancestral na história da filosofia, remontando aos Sofistas, sendo retomado na contemporaneidade na crítica de Hegel a Kant e revitalizado mais recentemente no debate ainda em curso entre comunitaristas e liberais. É este percurso que Estanqueiro Rocha realiza de uma forma quase exaustiva, colocando simultaneamente em evidência grandes temas que têm estruturado a ordem ética que vivemos e que hoje, mercê deste debate, se encontram sujeitos a uma reformulação. Não obstante – conclui – importa considerar a existência de valores basilares para afirmação do humano a que, afinal, corresponderá o "universalismo ético" tal como aqui se apresenta.

"A ética como 'óptica do divino' em Lévinas", de Cristina Beckert, da Faculdade de Letras de Lisboa, comenta demoradamente a expressão destacada do filósofo. Esta reflexão parte da compreensão do sentido da metáfora levinasiana da visão, o que impõe uma clara distinção entre a relação tradicional na filosofia ocidental do "ver" com o "conhecer" e o "pensar", sob uma perspectiva ontológica, e do "ver", sob a perspectiva da ética como "filosofia primeira", já a partir de uma "fenomenologia do olhar" como ver o outro como outro no que consiste verdadeiramente uma "visão do invisível". No primeiro caso, "ver" significa "objectivar", modelo que tem dominado a cena filosófica desde Platão a Husserl, na conversão da ontologia numa egologia, em que uma "óptica do divino" só pode corresponder a uma representação do ente supremo e a ética a um processo de contínuo aperfeiçoamento que aproxima o homem de Deus ("corolário da visão de Deus"). No segundo caso, "ver" é afinal renunciar à visão, é

“deixar-me ver pelo outro” para além da minha aparência fenoménica e no questionar do meu próprio ser. É Deus, “Altura” que transcende toda a hierarquia, que me olha. A visão ética não parte do eu, mas do outro, da transcendência divina, uma “óptica do divino” que não pode deixar o homem indiferente. Por isso, ela também não é contemplativa, mas activa. E Cristina Beckert conclui que “a visão ética é aquela que recusa ser origem de toda a visão.”

M. Patrão Neves, da Universidade dos Açores, apresenta o seu estudo sobre Hans Jonas sob a própria expressão que o filósofo introduz como sub-título da sua obra maior: *O princípio de responsabilidade. Uma ética para a civilização tecnológica*. A autora sublinha o ponto de partida de Jonas como sendo o da afirmação de uma diferença qualitativa entre a técnica do passado e a do presente. Este aspecto condu-lo ao reconhecimento da transformação da essência do agir humano que passa então a incluir também a acção técnica e os novos poderes que esta protagoniza. É neste contexto que se impõe a necessidade de repensar a ética, de formular uma nova ética actuante no novo domínio dos poderes humanos ainda desprovido de regras, ou seja, uma nova ética capaz de responder aos desafios que hoje se colocam à sobrevivência do homem e à preservação da sua identidade. A resposta de Jonas será a de uma ética da responsabilidade e M. Patrão Neves prossegue o seu estudo pela apresentação da concepção jonasiana de “responsabilidade”, também em confronto com outras perspectivas contemporâneas sobre a responsabilidade moral.

Luís de Araújo, da Faculdade de Letras do Porto, acentua a já apontada necessidade contemporânea de renovação da ética, numa tónica que veremos prolongar-se nos escritos que se seguem. O seu estudo privilegia a iniciativa de uma “ética baseada na racionalidade comunicacional” e particularmente a “proposta ética universalista” de Karl-Otto Apel, conforme destaca em título. Segue-se uma exposição marcada pela densidade filosófica e pela clareza conceptual sobre o pensamento de Apel na construção do seu projecto de fundamentação racional da universalidade das regras morais, bem como da aplicação destas à vida quotidiana e concreta. Apel recorre então ao método de discussão, na prática do diálogo e da argumentação, no sentido de, racionalmente, conseguir justificar os procedimentos de responsabilização colectiva (ética procedural) que as questões éticas, hoje de reconhecida dimensão planetária, impõem. Simultaneamente, considera todas as pessoas como interlocutores válidos, enquanto membros de uma comunidade linguística, o que, por seu lado, estabelece as bases para uma “ética cívica”.

“Das éticas gerais às éticas aplicadas”, da autoria de Silveira de Brito, da Faculdade de Filosofia de Braga, centra-se na apresentação crítica de diferentes modelos da ética aplicada, mas não sem antes chamar a atenção para o seu enraizamento histórico na ética geral. Neste contexto, ele defende a necessidade das éticas aplicadas considerando a atenção que a ética invariavelmente dedica às questões concretas que a vida coloca, bem como o facto destas se terem vindo a avolumar em grandeza e complexidade no mundo contemporâneo. Acompanhando Adela Cortina, o autor apresentará quatro modelos principais de estruturação das éticas aplicadas: um primeiro “casuística”, que se rege pelo ideal dedutivo aplicando os princípios gerais da ética aos casos concretos particulares, enfrenta a dificuldade de não existir uma ética universal a aplicar objectivamente; um segundo, também “casuística”, procura ultrapassar a crítica apontada ao anterior, aplicando os princípios característicos do domínio de actividade em causa, apesar de não ser definitiva a exclusão de um princípio universal; o terceiro modelo é o de Apel de subdivisão da ética em dois níveis, o da fundamentação e o da aplicação da normativa, expondo-se este último a algumas críticas de formalismo e abstraccionismo; por último, aponta-se o modelo de Cortina designado por “ética aplicada como hermenêutica crítica” que articula circularmente um momento deontológico e um outro de consideração das diversas tradições filosóficas (aristotélico). É este último que o autor preconiza igualmente.

Cassiano Reimão, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, sublinha a necessidade acrescida da reflexão ética, como orientadora da construção do futuro dos homens, particularmente em períodos históricos marcados pela incerteza e também pela desilusão, como é o nosso. Daí que não surpreenda que a ética esteja “na ordem do dia”, isto é, que constitua uma preocupação constante da pessoa que se interroga sobre a legitimidade da sua acção e que se destaque como tema quotidiano no plano colectivo. Neste contexto, a educação, enquanto crença na perfectibilidade do homem, e a escola, enquanto espaço em que se vivem os valores, adquirem hoje uma importância insubstituível no processo de criação de uma “cultura ética”. As instituições educativas são assim chamadas, com uma urgência premente, a associarem à sua missão de transmissão do saber a de construção do homem e de transmitirem não apenas saberes úteis mas também sábios. Só desta forma poderão assumir-se como factor de promoção de autonomia do sujeito e de

coesão social num mundo em que a vulnerabilidade do homem cresce e a diversidade se expõe de forma cada vez mais ampla – conclui “Ética, valores e acção educativa”.

O último texto que se inclui entre os contributos para a reflexão ética contemporânea é a tradução comentada que Carlos João Correia, da Faculdade de Letras de Lisboa, apresenta do texto de Paul Ricoeur “L’identité narrative”, de 1988. Este é um trabalho de charneira no conspecto geral da obra ricoeuriana que assinala a inflexão do filósofo de uma dedicação intensa a temas como a simbólica do mal, a linguagem, narratividade e temporalidade, os quais correspondem à sua mais importante produção no âmbito da hermenêutica, para uma última fase da sua filosofia em que o autor retoma o inicial plano antropológico de que partira e envereda definitivamente pela reflexão ética. A noção de “identidade narrativa” que então se apresenta é fundamental para a compreensão do problema antropológico e ético da “identidade pessoal”.

Incluimos também nesta publicação o trabalho de Maria Cândida Pacheco, “A filosofia medieval e a questão da interpretação. A palavra e os textos – entre a letra e o espírito”, apresentado numa reunião organizada pelo Centro de Estudos Filosóficos e como desenvolvimento do primeiro tema da ampla trilogia “Interpretar, Comunicar e Compreender” a que esta reunião se dedicava.

Por fim, deixamos o desafio de prossecução desta reflexão, tão rica na profundidade das análises apresentadas e na variedade das temáticas abordadas, na sua ampliação programática e intensificação do debate, a concretizar numa eventual publicação periódica destinada aos estudos em Ética, para o que a presente publicação poderá vir a constituir uma base sólida.

M. Patrão Neves